



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA (UNILAB)  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)  
INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)  
BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)**

**DANIELE DE SOUSA BEZERRA**

**A FORMAÇÃO DOCENTE NA (DES) CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS E DO  
RACISMO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA CIDADE  
DE REDENÇÃO (CE).**

**REDENÇÃO - CE**

**2019**

DANIELE DE SOUSA BEZERRA

A FORMAÇÃO DOCENTE NA (DES) CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS E DO  
RACISMO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA CIDADE DE  
REDENÇÃO (CE)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao curso de Bacharelado em  
Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto  
de Humanidades e Letras (IHL), da  
Universidade da Integração Internacional da  
Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como  
requisito final para a obtenção do título de  
Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Arilson dos Santos  
Gomes

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Arilson dos Santos Gomes  
(Orientador / IH UNILAB)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Regina Rodrigues da Silva  
(Examinadora / IH UNILAB)

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Itacir Marques da Luz  
(Examinador / IH UNILAB)

REDENÇÃO - CE

**2019**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**A FORMAÇÃO DOCENTE NA (DES) CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS E DO  
RACISMO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA CIDADE  
DE REDENÇÃO (CE)**

**DANIELE DE SOUSA BEZERRA**

Data da aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Nota: \_\_\_\_

## **RESUMO**

O trabalho aborda discussões acerca da formação de professores para uma educação que colabore na desconstrução dos estereótipos e do racismo nas escolas de ensino fundamental da cidade de Redenção-CE. Assim, refleti sobre a aplicação da lei 10.639/03, levando em conta a capacitação dos educadores para desenvolvê-la e os materiais didáticos que deem suporte para sua aplicação, bem como, outros aspectos que dificultam a sua implantação. Entretanto, busca também discutir sobre alguns métodos desenvolvidos na cidade para realizá-la, com a contribuição da Unilab. Visando esta questão a pesquisa expõe outras propostas para implantação da lei, pensando na formação dos professores para abordá-la. A pesquisa pretende utilizar o método qualitativo através de entrevistas orais com os professores das escolas escolhidas, com o intuito de compreender quais são as metodologias de ensino sobre a desconstrução dos estereótipos e do racismo utilizadas pelos educadores. Com esta investigação pretende-se contribuir para o conhecimento maior acerca do assunto, visto como uma forma importante para discutir e refletir sobre a desconstrução dos estereótipos e do racismo no meio educacional a ser pesquisado.

**Palavras-chave:** Desconstrução dos estereótipos e do racismo; formação de professores; Lei 10.639/03.

## SUMÁRIO

|                               |    |
|-------------------------------|----|
| 1. APRESENTAÇÃO-----          | 1  |
| 2. DELIMITAÇÃO-----           | 4  |
| 3. PROBLEMATIZAÇÃO-----       | 6  |
| 4. JUSTIFICATIVA-----         | 8  |
| 5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA----- | 10 |
| 6. METODOLOGIA-----           | 18 |
| 7. CONCLUSÃO-----             | 22 |
| 8. REFERÊNCIAS-----           | 23 |
| 9. ANEXO-----                 | 25 |

## 1. APRESENTAÇÃO

O Trabalho busca desenvolver discussões e reflexões acerca da especialização de educadores em relação as questões dos estereótipos e do racismo, para lidar com os estudantes em sala de aula. Pensando nos métodos e materiais utilizados no processo de desconstrução dos estereótipos e do racismo.

Considerando que não só a escola possui a responsabilidade de desconstruir os estereótipos e o racismo, porém sua participação no processo é importante na medida em que nela há interação de alunos de diferentes contextos sociais e pertencimentos étnico-raciais. Também de acordo com o parecer CNE/ CP 03/ 2004,

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminações de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. (BRASIL, 2004, p. 6).

Por isso, a pesquisa não pretende direcionar a total responsabilidade de desconstrução dos estereótipos e do racismo a escola, nem aos professores. Porém ela busca salientar que estes também podem contribuir nesse processo.

O trabalho não tratará especificamente do racismo, mas discutir acerca, é necessário observar seu conceito. Gomes:

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante a aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou crença particular como única e verdadeira. (GOMES,2005,p.52).

Então, partindo da definição, o tema será abordado com os objetivos de identificar a formação de professores para trabalhar com as questões raciais e descrever as possíveis estratégias utilizadas por eles no processo de aprendizagem dos alunos. A fim de compreender os métodos de ensino que visam desconstruir os estereótipos e o racismo nas escolas de ensino fundamental da cidade de Redenção-CE.

A cidade onde se destina a pesquisa, Redenção, no Ceará, é conhecida como a primeira cidade brasileira a libertar os escravizados, que teria sido no ano de 1883, antes da abolição em todo o país, o qual seria o motivo da construção da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Quando se considerou a alternativa de abrigar uma das universidades de integração internacional criadas durante o governo Lula, cuja missão seria estabelecer uma relação de cooperação internacional Sul-Sul, com o foco central sobre a África, a possibilidade concreta de realização desta perspectiva apontou na direção de Redenção, primeira cidade do Brasil a abolir a escravidão, em 25 de março de 1883 – hoje, data Magna do Ceará. (GOMES, LIMA e SANTOS, 2018, p. 99).

Maciel (2017) analisa as utilizações de “liberdade” em Redenção – CE.

É nas construções novas e antigas que essa linguagem ganha mais densidade: Praça da Liberdade, Avenida da Abolição, Museu Senzala Negro Liberto (onde se avista a informação afirmativa “A liberdade aconteceu aqui”, na entrada do Sítio Livramento), Museu Memorial da Liberdade (inaugurado em 28 de dezembro de 1997), Ótica Liberdade, bairro Parque da Liberdade, Supermercado Abolição, Posto Ipiranga Liberdade, Campus da Liberdade, Monumento à Liberdade, sede da TV Liberty (“Redenção, capital da liberdade”). (MACIEL, 2017, p. 191).

Então percebe-se que a cidade é vista como símbolo da abolição, isto é bastante repassado dentro da cidade e nas escolas, mas nota-se a deficiência de um foco voltado para a desconstrução dos estereótipos e do racismo advindos do período de escravização. Assim como a Unilab está instalada em Redenção, a cidade a ser pesquisada, – O presente trabalho propõe pensar nela como uma alternativa no meio educacional, ela contribui formando educadores aptos a trabalhar com as questões raciais, nas escolas a fim de desconstruir os estereótipos e o racismo.

“A Unilab é, portanto, não somente resultado da ação do estado. Ela é também fruto das ações e demandas do movimento negro brasileiro por um maior compromisso do Brasil com o continente africano e a superação do racismo em nosso país”. (GOMES, LIMA e SANTOS, 2018, p. 97). A partir da citação percebe-se a universidade como uma ferramenta a ser utilizada referente ao tema, no caso, em Redenção. Quando a mesma ainda segundo estes autores, Gomes, Lima e Santos (2018) busca integrar os estudantes dos países de língua portuguesa que compõem a universidade. A Unilab seria parceira, proporcionando aos futuros professores brasileiros e estrangeiros especializações voltadas para as questões raciais, na

medida em que ela aborda conteúdos, debates, eventos, entre outros, acerca dos países africanos e do Brasil, que podem ser utilizados como propostas no processo de formação de professores críticos sobre a temática.<sup>1</sup>

Pensando também outra possibilidade para fazer parte deste processo seria o projeto “A Cor da Cultura”, criado no ano de 2004:

O projeto prevê uma série de ações culturais e educativas com foco na produção e veiculação de programas sobre o histórico de contribuição da população negra à sociedade brasileira. Esta produção, transformada em material didático, aplicado e distribuído às escolas públicas, deverá ampliar o conhecimento e a compreensão sobre a história dos afro-descendentes e histórica da África e, assim, contribuir para os objetivos previstos na lei 10.639 [...]. (SANT’ANNA, 2005, p. 7).

Este projeto não está mais em ação, porém serve como inspiração para a criação de novos projetos, visando também os objetivos na educação sobre a lei 10.639/03, trazendo para a cidade da pesquisa, um projeto como este não veria somente o simbolismo de Redenção, poderia também focalizar nas práticas culturais das pessoas escravizadas, suas contribuições e suas resistências, contribuindo para a valorização das culturas africanas, no intuito de desconstruir os estereótipos e o racismo. Seria também uma proposta a ser pensada para possível desenvolvimento na cidade.

Levando em conta a lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da “História e Cultura Africana e Afro-Brasileira” nas escolas, percebendo a sua contribuição com o tema abordado na pesquisa. Bem como também o parecer que homologou as “diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”. Também trazer trabalhos que discutem acerca do problema, autores realizaram estudos com relação a este.

---

1 Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) 2016-2021, “Cabe mencionar em especial o compromisso com desenvolvimento de reflexões, estudos, ações de combate a todas as formas de discriminação negativa, especialmente o racismo, homofobia, misoginia, xenofobia e preconceitos de natureza étnica, linguística, política e religiosa”, levando também em consideração o estatuto da Unilab, conforme o capítulo IX do Conselho de Integração Internacional da seção II, Art. 41. Compete ao Conselho de Integração Internacional sugerir mecanismos para: [...] IX- Instituir e implantar estruturas e infraestruturas universitárias voltadas para realização de estudos, pesquisas, divulgação sobre a África e as diásporas; [...]. Outro documento que se pode destacar é o projeto pedagógico curricular de licenciatura em pedagogia de julho de 2016, alguns de seus objetivos específicos são: “Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão tendo como foco a centralidade da África e de suas Diásporas, priorizando os países da Integração – UNILAB; [...] Promover em todo o currículo a educação das relações étnico-raciais em consonância com a lei 10.639/2003. Alguns cursos possuem disciplinas com relação a temática: História da Educação nos Países da Integração e Religiosidade de Matriz Africana no Brasil (Pedagogia), Sociedade, História e Cultura nos espaços Lusófonos (Letras), Antiguidade Africana, Médio oriental e Mediterrânea e História e Historiografia da África (História), entre outros cursos de licenciatura que abordam o tema. Ver : [www.unilab.edu.br](http://www.unilab.edu.br) consultado em: 19/08/2019.

Assim busca problematizar a educação voltada para a desconstrução dos estereótipos e do racismo, levantando a seguinte pergunta: quais os métodos utilizados pelos professores em sala de aula para trabalhar com estas questões? Levando em conta suas possíveis formações relacionadas ao tema.

Apontando o trabalho como importante na medida em que provocar questionamentos sobre o assunto, assim como poderá influenciar novas pesquisas relacionadas no meio acadêmico e no campo das humanidades para a produção de conhecimentos.

## **2. DELIMITAÇÃO**

O objeto a ser pesquisado será a formação dos professores acerca da desconstrução dos estereótipos e do racismo nas escolas públicas de ensino fundamental da cidade de Redenção-CE<sup>2</sup>. Levando em conta a formação dos professores e os instrumentos utilizados por eles no ensino sobre os estereótipos e o racismo. As escolas de ensino fundamental a serem pesquisadas são: Luís Dias Damasceno, Professora Maria Augusta Russo dos Santos e Doutor Edmilson Barros de Oliveira.

Pensando algumas disciplinas importantes no processo de desconstrução, História por tratar de acontecimentos de diferentes países e pessoas, e por parte dos livros da disciplina pessoas negras aparecerem de maneira estereotipada, por exemplo, em alguns materiais didáticos grande parte das ilustrações que mostram pessoas negras, elas aparecem como escravizadas. Dentre os materiais pode-se citar, os livros de história: do sétimo ano do ensino fundamental, para ser utilizado do ano 2011 a 2013, algumas páginas que trazem as imagens são, 166, 174, 193, 210 e 211, da editora responsável Maria Raquel Apolinário e do oitavo ano do ensino fundamental, a ser trabalhado de 2017 a 2019, páginas 40, 54, 87 e 108, de Patrícia Ramos Braick, ambos da editora Moderna, Literatura, por haverem várias obras literárias de pessoas negras que não são muito trabalhadas nas escolas, dentre elas pode-se destacar: Lima Barreto (1881-1922), Carolina Maria de Jesus (1914-1977) e Machado de Assis (1839-1908), algumas obras respectivamente, Triste fim de Policarpo Quaresma (1915), Quarto de despejo (1960) e Memórias póstumas de Brás Cubas (1881)<sup>3</sup>. Outra seria Artes por

---

2 Poderão participar da pesquisa também professores que se formaram na Unilab e estão trabalhando em alguma destas escolas (se houver).

3 Ver: <https://www.todamateria.com.br/lima-barreto/amp/>;

<https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2019/03/quem-foi-carolina-maria-de-jesus-que-completaria-105-anos-em-marco.html> e <https://blog.poemese.com/principais-obras-de-machado-de-assis/> consultados em: 19/07/2019.

conter várias expressões artísticas que desenvolvem a criatividade e proporcionam a interação entre as crianças, artistas negro(as) que podem ser trabalhados(as) são: Aleijadinho (1730-1814), como é conhecido, que é um representante do “Barroco mineiro”, Ana das Carrancas (1923-2008), como é chamada, foi uma grande artesã e Emanuel de Araújo (1940), escultor, desenhista, ilustrador, gravador, cenógrafo, pintor, curador e museólogo<sup>4</sup>, entre outros(as) que se destacam em várias formas artísticas. Em Redenção pode-se citar o museu senzala, o qual foi um ambiente de escravização, o observando de forma crítica é possível ver que ele não mostra as contribuições artísticas dos africanos que foram escravizados, por exemplo, o que seria importante a ser trabalhado na disciplina de Artes da cidade. Considerando a disponibilidade de materiais didáticos no ensino.

As disciplinas citadas foram destacadas por estarem presentes na lei 10.639/03, mas a pesquisa reconhece que todas as disciplinas do currículo escolar são importantes para abordar as questões trazidas por ela.

A lei 10.639 foi sancionada no ano de 2003:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira.

Portanto a lei visa a abordagem no currículo escolar o estudo acerca da “História e Cultura Afro-Brasileira”, assim a pesquisa percebe que ela pode ajudar na desconstrução dos estereótipos e do racismo.

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo geral**

Compreender quais são as metodologias de ensino sobre a desconstrução dos estereótipos e do racismo utilizadas pelos educadores.

### **Objetivos específicos**

---

4 Ver: <http://www.acordacultura.org.br/artigos> e <https://www.escritoriodearte.com/artista/emanuel-araujo> consultados em: 19/07/2019.

Identificar a especialização dos professores sobre as questões raciais.

Descrever as práticas dos professores no processo de ensino em sala de aula com relação a desconstrução dos estereótipos e do racismo, bem como os métodos por eles utilizados.

Identificar as possibilidades de formação de professores sobre as questões raciais na Unilab.

### **3. PROBLEMATIZAÇÃO**

Partindo da realidade das escolas da cidade, assim busca-se problematizar a educação voltada para a desconstrução dos estereótipos e do racismo, levantando a seguinte pergunta, quais os métodos utilizados pelos professores em sala de aula para trabalhar com estas questões? Pensando nas possíveis formações que receberam para lidar com as mesmas, visto que existe certa fragilidade com relação a este assunto no meio educacional.

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. (MUNANGA, 2005, p. 15).

Então, a partir do autor nota-se que parte dos professores não recebem formações adequadas acerca da diversidade racial, assim nos cabe refletir sobre a postura dos profissionais com relação às diferenças no espaço escolar, observando que o despreparo ocasiona a falta práticas educativas com o intuito de desconstruir os estereótipos e o racismo.

Ainda segundo Munanga (2005), os materiais utilizados pelos professores no meio escolar possuem conteúdos preconceituosos acerca das culturas e daqueles não pertencentes aos países ocidentais. Com isso podemos notar que os meios utilizados no processo de ensino reproduzem um imaginário negativo com relação a determinadas pessoas, nesse caso, as negras. Possibilitando a reprodução por parte das crianças.

A partir desta discussão, pode-se levantar a questão da lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas do Brasil, a qual tem função importante á desenvolver no meio educacional, para desconstrução dos estereótipos e do racismo.

Com relação a isto, cabe destacar o parecer CNE/CP 03/2004 das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, que é direcionado:

[...] Aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. (BRASIL, 2004, p.2).

O parecer CNE/CP 03/2004, como visto, está voltado para o sistema educacional em virtude da lei 10.639/03, então, convêm discutir suas orientações acerca da mesma, o que ele estabelece para a sua aplicação. É preciso discuti-lo de forma crítica e pensar de que maneira ele está sendo aplicado na educação.

Retomando a discussão anterior, vejamos o que o documento traz:

Caberá, aos administradores dos sistemas de ensino e das mantenedoras prover as escolas, seus professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos, além de acompanhar os trabalhos desenvolvidos, a fim de evitar que questões tão complexas, muito pouco tratadas, tanto na formação inicial como continuada de professores, sejam abordadas de maneira resumida, incompleta, com erros. (BRASIL, 2004, p. 9).

Desta forma, pode-se perceber que o parecer reconhece a necessidade de materiais didáticos e formação de professores para trabalhar as questões trazidas pela lei 10.639/03, no entanto, como visto no que foi citado acima, Munanga (2005), nota-se que ainda existe fragilidade neste sentido.

Salientam Araújo e Giugliani:

Se considerarmos o cotidiano pedagógico da sala de aula, é possível afirmar que as temáticas e conteúdos sobre diversidade étnico-racial e cultural do povo brasileiro, como orientam as diretrizes nacionais para a educação das relações étnico-raciais, não são trabalhadas satisfatoriamente nas escolas. (ARAÚJO e GIUGLIANI, 2014, p. 4).

Do ponto de vista dos autores as questões orientadas pelas diretrizes mencionadas, não são abordadas de maneira satisfatória no ambiente escolar. Desse modo, pode-se refletir sobre de que forma os professores trabalham a desconstrução dos estereótipos e do racismo nas escolas da presente pesquisa, com relação as indicações do parecer CNE/CP 03/2004 e a lei 10.639/03.

Ressaltando que a cidade de Redenção, a ser pesquisada, foi a primeira do Brasil a libertar os escravizados, por isso é importante pensar se o seu simbolismo é transmitido nas escolas de maneira que reforce os estereótipos e o racismo, observando a formação dos professores e as estratégias por eles utilizadas no ensino no contexto da lei 10.639/03.

Neste sentido, o trabalho busca problematizar o tema pensando em algumas propostas possíveis realização acerca da temática em Redenção. Como já citado, de acordo com Gomes, Lima e Santos (2018) o seu simbolismo que seria o motivo do estabelecimento da Unilab na cidade. Assim a universidade pode ser identificada como uma forma a contribuir com a lei 10.639/03, formando professores aptos para abordá-las nas escolas da cidade, de modo que possam desenvolver atividades mais aprofundadas em favor de desconstruir os estereótipos e o racismo. Levando em conta que a responsabilidade não é somente dos professores, mas de todos os que estão envolvidos em promover a educação em Redenção.

Além desta, outra proposta interessante seria o projeto “A cor da cultura”, que esteve em ação durante alguns anos, iniciando em 2004. Segundo Sant’anna (2005), ele tratava de desenvolver práticas educacionais, visando ter contribuição com a lei 10.639/03, fornecia materiais didáticos para as escolas e possuía programações exibidas em canais de televisão, além de práticas voltadas para a formação de professores. O trabalho propõe a refletir sobre a possibilidade de implantar projetos na cidade de acordo com seu contexto histórico, por iniciativas de órgãos governamentais, em parceria com a Unilab. É algo a se pensar para a desconstrução dos racismos e estereótipos presentes no ensino.

Assim busca problematizar a educação voltada para a desconstrução dos estereótipos e do racismo, levantando a seguinte pergunta: quais os métodos utilizados pelos professores em sala de aula para trabalhar com estas questões? Levando em conta suas possíveis formações relacionadas ao tema.

#### **4. JUSTIFICATIVA**

A importância da pesquisa em questão se trata da necessidade de refletirmos acerca do tema, de como os estudos sobre o racismo estão sendo repassados para as crianças nas escolas. É de grande relevância percebermos as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores em sala de aula, com relação a desconstrução dos estereótipos e do racismo no ambiente escolar.

Aponta Gomes “Por isso, refletir sobre a questão racial brasileira não é algo particular que deve interessar somente às pessoas que pertencem ao grupo étnico/racial. Ela é uma questão social, política e cultural todos(as) os(as) brasileiros(as)”. (GOMES, 2005, p. 51). A partir da autora percebe-se que as questões raciais não se restringem as escolas, por fazerem parte da vida das pessoas, e por a escola ser um ambiente de socialização.

Dentre os motivos para a realização da pesquisa, menciono a experiência pessoal do percurso escolar, onde houve uma deficiência no processo de ensino sobre o racismo e os estereótipos. Observando uma falta de materiais didáticos e poucas discussões dos professores acerca destas questões, assim me gerando uma inquietação com relação a isto.

Após ingressar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), percebi a abordagem do tema racismo em várias disciplinas do curso, bem como leituras e debates, então, isto me fez refletir sobre as escolas que estudei, notei alguns pontos sobre a abordagem do racismo no ensino fundamental: poucas discussões sobre autores(as) negros(as), poucos diálogos sobre a questão e uma falta de ensino sobre as culturas africanas no processo, assim me fez pensar se educadores da cidade recebem algum preparo para realizar os pontos destacados.

Tendo adquirido uma visão mais crítica acerca da reprodução dos estereótipos e do racismo na sociedade, devido o acesso as várias referências sobre a temática na Unilab, percebo a universidade como um meio para formar os professores capazes de lidar com as questões na cidade de Redenção. Por isso salientar o problema dentro da Unilab.

Um ponto importante da pesquisa se trata de ser fundamental a discussão acerca do racismo e dos estereótipos raciais, no caso a pesquisa levanta a discussão com relação a escola. De acordo com isto, segundo Gomes (2005) precisa-se falar sobre o racismo, pois o silenciamento sobre a questão reforça a sua existência, mas é importante compreender como falar, para construir práticas e estratégias visando superá-lo, que teria que partir de toda a sociedade brasileira, e a ação dos professores de todos os níveis de ensino, é importante para construir uma sociedade com repúdio as formas de discriminação.

Outro ponto a destacar se trata da escola como um dos meios de reprodução do racismo, como diz Almeida “O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional”. (ALMEIDA, 2018, p. 51). Nessa perspectiva, percebe-se a necessidade de

direcionar um olhar para as práticas pedagógicas relacionadas ao racismo a fim de discutir sobre a formação dos professores sobre o tema.

A contribuição da pesquisa para o meio acadêmico está em ocasionar questionamentos sobre o assunto, naqueles que desejarem trabalhar com o tema. Também como uma provável referência para pesquisas de discentes. No que se refere ao campo de humanidades poderá influenciar o surgimento de novas propostas de pesquisas com a mesma temática. Implicaria no meio social na medida em que ressalta uma problemática referente a sociedade.

## **5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Para discutir sobre a formação dos professores a respeito da desconstrução dos estereótipos e do racismo, é preciso atentar para alguns de seus conceitos. Iniciando com o de racismo, Gomes:

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. ( GOMES, 2005, p.52).

Segundo Munanga:

[...] O racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça, em sua concepção, é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores aos do grupo ao qual pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas. ( MUNANGA, 2004, p. 24).

Conforme Almeida:

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. ( ALMEIDA, 2018, p. 25).

A partir destas definições é possível verificar que os três autores explicam o racismo como provindo de “raça”, bem como mencionam o fato de pertencer a grupos raciais, que teria relação com a ocorrência dos atos racistas. Contudo, suas interpretações sobre o racismo se distinguem em alguns aspectos. De acordo com Gomes (2005), seria a conduta causada pela repulsa contra aqueles com determinadas características físicas, de outra forma seria as convicções e representações relativas aos que concordam que existem superioridade e inferioridade, ou o desejo de fixar aquilo que se acredita como exclusivo e real. Para Munanga (2004) estaria referente não só aos caracteres físicos, mas também a respeito das culturas, línguas e outros, seria acreditar que as características físicas de determinadas pessoas definem suas outras características. No entanto, para Almeida (2018) seria o ato de discriminar, no sentido social, como privilegiando pessoas em detrimento a outras.

À vista disso, entende-se que a princípio o racismo opera na ideia de “raças”, no sentido biológico, baseado nisto ele passa a agir no meio social em formas diferentes: violências, privações, discriminações etc.

Atentando agora para algumas concepções de estereótipos. Segundo Bhabha (2007), os estereótipos seriam o discurso fixo, de forma a representar determinada realidade de maneira falsa, oriundo do colonialismo, que passa a ser repetido e tido como natural.

De acordo com o autor, compreende-se que os estereótipos foram produzidos através do discurso dos colonizadores, como forma de dominação sobre determinados povos, que não necessariamente apresentam veracidade.

“O estereótipo é a prática do preconceito. É a sua manifestação comportamental. O objetiva (1) justificar uma suposta inferioridade; (2) justificar a manutenção do status quo estereótipo; e (3) legitimar, aceitar e justificar: dependência, subordinação e a desigualdade”. (SANT’ANA, 2005, p. 65). Por outro lado.

Desta maneira, há relação com o pensamento de Bhabha (2007), na medida em que este autor se refere aos estereótipos também no contexto de superioridade, como objetivo de explicar tais subordinações, todavia, partem de princípios diferentes.

O presente estudo utiliza as definições referentes às pessoas negras, percebendo que ele não se trata somente de algo em específico. Em vista disso, é cabível dizer que os estereótipos se tratam de ideias criadas sobre determinadas pessoas, com a intenção de estabelecer e manter, certas posturas e pensamentos.

Partindo disto, é preciso ressaltar a lei 10.639/03 como importante para a desconstrução dos estereótipos e do racismo nas escolas. Para Santos:

Os movimentos sociais negros, bem como muitos intelectuais negros engajados na luta anti-racismo, levaram mais de meio século para conseguir a obrigatoriedade do estudo da história do continente africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira. (SANTOS, 2005, p. 34).

Então, entende-se que a lei 10.639/03 foi conquistada através de movimentos reivindicatórios, mas, nota-se que ainda faltam ações que implantem a lei de maneira adequada,

[...] Percebe-se que as iniciativas para a concretização da lei 10.639 e das políticas afirmativas carecem de enraizamento e o que persiste é certo desconhecimento diante do trato pedagógico da diversidade étnico-racial por parte dos professores, coordenadores, gestores e secretários de educação. (ARAÚJO e GIUGLIANI, 2014, p. 9).

Nesta perspectiva pode-se perceber que as escolas ainda não abordam a temática trazida pela lei de maneira aprofundada. Segundo Santos (2005) a obrigatoriedade do ensino que consta nela é essencial, porém, não é o bastante para que ele seja implantado.

Ainda para este autor:

A legislação federal, segundo o nosso entendimento, é bem genérica e não se preocupa com a implementação adequada do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Ela não estabelece metas para implementação da lei, não se refere à necessidade de qualificar os professores dos ensinos fundamental e médio para ministrarem as disciplinas referentes à lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, menos ainda, o que é grave segundo nosso entendimento, à necessidade de as universidades reformularem os seus programas de ensino e/ou cursos de graduação, especialmente os de licenciatura, para formarem professores aptos a ministrarem ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Ao que parece, a lei federal, indiretamente, joga a responsabilidade do ensino supracitado para os professores. (SANTOS, 2005, p. 33).

Nisto, supõe-se que a lei 10.639/03 torna o ensino obrigatório nas escolas, no entanto, não faz o mesmo sobre a formação dos professores, ou seja, não seria obrigatório os professores serem formados sobre ela. Nesta perspectiva, Araújo e Giugliani (2014) ressaltam que a obrigatoriedade não se dirige a educação universitária. Sendo que é o ambiente onde prepara os educadores para trabalharem, assim nos cabe questionar de que maneira estes se utilizam para uma educação voltada para a desconstrução dos estereótipos e do racismo.

Por outro lado existe mais uma questão, conforme os autores:

Mesmo existindo uma disposição do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e das secretárias Estaduais e Municipais de Educação em oferecer formação continuada para professores, coordenadores e gestores visando à implementação da lei 10.639, os professores, em geral costumam queixar-se da falta de material didático e/ou formação inicial e continuada que lhes deem subsídios para trabalhar com a referida lei em sala de aula. (ARAÚJO e GIUGLIANI, 2014, p. 10).

A partir disto, compreende-se que há certa possibilidade de especialização dos educadores, mas não existe só essa questão para a abordagem da lei, também existe a necessidade de instrumentos que lhes dê suporte para aplicá-la. Os dois fatores possuem grande importância para um ensino que contribua na desconstrução dos estereótipos e do racismo.

É preciso também refletir sobre a provável reprodução dos estereótipos e do racismo, por parte dos professores, ocasionada pela falta de preparo ou das ferramentas didáticas. Nesta linha,

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. (MUNANGA, 2005, p. 16).

Com isto, é possível dizer que há uma série de elementos que prejudicam a aplicação da lei 10.639/03, trabalhar com a “História e Cultura Afro-Brasileira”, quando há várias representações e um imaginário negativo acerca da mesma, não é algo fácil.

Nesta direção, convém ressaltar a abordagem da lei 10.639/03 no Ceará,

Certa vez (no ano de 2004), quando lecionava história no ensino fundamental, alegado pela lei 10.639/2003, que tornara obrigatório o ensino “História e Cultura Afro-Brasileira”, preparei uma aula sobre cultura afro-brasileira. Como motivação inicial, havia planejado mostrar algumas imagens dos maracatus cearenses. Logo nas primeiras projeções – quando se mostrava um orixá – um aluno levantou a mão e exclamou, com certa reprovação: “professor, o senhor vai ensinar ‘macumba’ pra gente?”. (MARQUES, 2013, p. 360-361).

Então Marques (2013), diz que percebeu as dificuldades de se tratar o tema, que se refere não somente a questão dos materiais didáticos, como também, o que já vem sendo reproduzido.

O autor trata especificamente da questão da lei no estado do Ceará, mas o que ele apontou é visível no contexto nacional. Com relação ao aluno mencionado pelo autor, pode-se

ver que os estereótipos que são reproduzidos fora da escola, provavelmente quando não há uma educação que se volte para a lei 10.639/03, eles tendem a ser reproduzidos no ambiente escolar. Assim quando o professor tentou trabalhar o tema houve recusa por parte do estudante.

É preciso destacar algumas propostas realizadas com vista na implantação desta lei na cidade de Redenção.

Num esforço de promover esse desenvolvimento local endógeno e participativo, a Secretaria Municipal de Educação contrata, em 2014, com recursos do Fundo Nacional da Educação Básica - FUNDEB, o Instituto Prisma de Desenvolvimento Humano (IPDH), para criar um projeto que atenda às Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003 e Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Desse financiamento nasce o projeto Rosal da Liberdade que amplia as ações de combate ao racismo e de promoção do multiculturalismo na rede municipal de ensino. Essa política está identificada no seu projeto de constituição pelo título Projeto Rosal da Liberdade - Diversidade e Cidadania na Escola / Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08, abrangendo as escolas que oferecem o ensino fundamental (6º ao 9º anos) no Município de Redenção e tendo por responsável pela elaboração Sávio Figueiredo (IPDH) e por responsável técnico a Secretaria Municipal de Educação de Redenção-CE. (LOPES, 2016, p. 21 e 22).

É possível dizer, partindo desta iniciativa, que é reconhecida a importância da lei 10.639/03 na cidade, como um modo de combater o racismo. Apesar de vários impasses para sua aplicação, como foram vistos, houveram algumas tentativas com o intuito de abordá-la.

Outra iniciativa importante foi o projeto “As Cores de Redenção”,

O projeto “As cores de Redenção” visava à implementação da lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História Cultural Afro-Brasileira e Africana em todo o território brasileiro. O referido projeto vai além do cumprimento da lei, ou seja, pretendia resgatar a memória de toda a população do município com relação a história do mesmo, que foi o primeiro município do Brasil a libertar os escravos. (OLIVEIRA, 2014, p. 49).

Conforme Oliveira (2014), a Unilab seria uma parceira neste projeto, ele previa formar educadores, coordenadores e trabalhar com os estudantes acerca da lei. Percebido a importância destas ideias, é preciso pensar se de fato foram realizados e se ainda existem, se continuam contribuindo para a desconstrução dos estereótipos e do racismo.

Lopes (2016) realizou uma pesquisa na escola Professora Maria Augusta Russo dos Santos em Redenção sobre a aplicação do projeto “Rosal da Liberdade”. Segundo ele antes é observado as ideias do projeto “Ao analisar o documento que constitui o projeto (RL), percebe-se que, no plano formal, ele se define como uma ação inovadora destinada aos

alunos, pais e professores da rede básica de ensino fundamental de Redenção/CE”. (LOPES, 2016, p. 23). Nota-se que ele visa atingir um amplo público.

Este autor analisou a aplicação do projeto nos anos de 2014 e 2015, de acordo com ele, também houve a participação da Unilab. Uma das metodologias foi a entrevista, foram feitas perguntas a alguns alunos que fizeram parte do projeto. Então pode-se afirmar que,

O que se apreendeu das narrativas desses estudantes foi uma ambiguidade de posicionamentos sobre o racismo, pois ora eles conseguem ser críticos percebendo nuances da discriminação racial a partir de fatos concretos como matérias de jornais ora eles reproduzem a narrativa ideológica do mito da democracia racial brasileira dizendo que hoje em dia o racismo em Redenção já não existe e todo mundo vive junto e misturado. (LOPES, 2016, p. 34).

Com base nisto, percebe-se que o projeto foi de fato aplicado nesta escola, durante este período, mas, fica a dúvida sobre sua continuidade. Bem como, em relação à formação dos professores prevista pelo mesmo.

Pode-se dizer que o projeto, neste caso, embora tenha sido importante, não contribuiu totalmente com o que pretendia, ao que parece, suas atividades foram realizadas somente em determinados períodos e não se estenderam para todo o ensino fundamental.

Desta maneira é possível constatar que os objetivos do projeto, nesta situação, não foram completamente alcançados,

Disso se infere que, em certa medida, os procedimentos adotados pelo projeto como estratégias para apropriação de uma compreensão crítica sobre o racismo falharam no sentido de não conseguirem deixar claro para os alunos o significado das suas ações que eram de enfrentamento ao racismo através de estratégias de valorização da cultura afro-brasileira e indígena. (LOPES, 2016, p. 35).

É necessário ressaltar que estes projetos não são o suficiente para a aplicação da lei 10.639/03, todavia, são um dos meios de sua implantação, não deixam de ser importantes. Então, é preciso que estes sejam sempre elaborados e reelaborados, de forma que consigam atingir seus objetivos.

Agora, retomando o outro projeto “As Cores de Redenção”,

[...] Projeto As cores de Redenção teve em sua primeira etapa uma formação com a professora Rebeca Alcântara. Esse foi o ponta pé inicial de um grande desafio, trabalhar com uma temática que não tinha fundamentação teórica, a não ser aquilo que todo mundo já conhece, a visão do negro escravizado, e isso no momento não

era muito pertinente a não ser como esclarecimento para dar abertura os trabalhos em estudo. (OLIVEIRA, 2014, p. 51).

A partir desta citação, nota-se que também para a formação de professores faltam materiais que auxiliem, com uma visão não estereotipada acerca das pessoas negras. Por isso, é possível mencionar que promover uma educação que possa desconstruir os estereótipos e o racismo, necessita repensar muitos aspectos.

Ainda a respeito da formação de professores:

No ano de 2012 a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), junto à secretaria de educação do município de Redenção, idealizou e concretizou o sonho de poder contribuir para que parte dos educadores do município tivesse a oportunidade de ingressar no curso de formação ministrado pela primeira Universidade recém chegada no município. (OLIVEIRA, 2014, p.63).

Nas duas realizações percebe-se a participação da Unilab, isto faz-se supor que o estabelecimento da universidade em Redenção deu impulso para a criação destes projetos, como continua a autora:

Em se tratando de projetos para resgatar a nossa história, já ocorreu a implantação do projeto as cores de Redenção iniciada no ano de 2009, motivados pela chegada da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileiro (UNILAB) no município, mas no momento o estudo da África era a referência dos nossos estudos fazendo sempre um paralelo a nossa história, baseados nas poucas fontes do município, um fator essencial para a construção do conhecimento. (OLIVEIRA, 2014, p. 31).

Em virtude disto, é necessário pensar se a lei 10.639/03, só passou a ser concretizada na cidade depois da criação da instituição, visto que estes projetos foram criados quando já se tinha conhecimento da vinda da universidade ou em anos posteriores a sua implantação.

Acerca do curso que participou na Unilab, Oliveira afirma,

Nesse sentido, posso afirmar que o curso foi de grandiosa fundamentação para minha formação enquanto professora. Durante o período de estudo, pude observar que apesar de o Brasil, possuir em sua história, a presença de vários povos Africanos, nunca tivemos a compreensão e consciência de atitudes discriminatórias que envolvessem a humanidade e mais precisamente, a população negra, para nós a construção de conceitos pejorativos para com alguém, era algo comum entre pessoas, que de certa forma estavam submissas à outra. (OLIVEIRA, 2014, p. 13).

Compreende-se que a autora, mudou sua percepção com relação às questões raciais no Brasil, após a formação que recebeu na Unilab, para trabalhar a lei 10.639/03. A partir desta citação pode-se constatar que ela passou a ter uma visão mais crítica acerca de discriminações

que muitas vezes podem não ser percebidas, por serem tidas como naturais. Assim é interessante ressaltar a importância de capacitar professores acerca da “História e Cultura Afro-Brasileira”, a fim de que tais atos sejam sempre percebidos de forma crítica.

Ainda sobre sua formação: “O curso foi para mim um despertar no sentido de conhecer o desconhecido, o continente Africano e a organização do modo de vida destes povos”. (OLIVEIRA, 2014, p. 65). Assim nota-se o quanto este tema é pouco trabalhado, de acordo com o relato é possível perceber que esta autora passou estudá-lo na universidade, se não era conhecido para ela provavelmente em sua educação básica este assunto não era abordado. Outra situação onde se vê a necessidade de preparar os professores sobre a lei 10.639/03, por provavelmente não terem vivenciado uma educação voltada para isto tendem a reproduzir determinados estereótipos e o racismo, sem a percepção disto.

Por isso, como afirma Marques (2013), é preciso incluir as pessoas negras na história do Ceará.

Existem, portanto, muitos registros que apontam a presença histórica do negro, no Ceará. Faz-se necessário, assim, a contínua publicização de todo esse material bibliográfico e documental, para que ele chegue a um público mais amplo e, especialmente, aos professores e alunos da escola básica pública e particular. (MARQUES, 2013, p. 362).

De acordo com a citação entende-se que para desconstruir os estereótipos e o racismo, no espaço escolar (no caso em Redenção-CE) é fundamental mostrar as pessoas negras como também construtoras do estado. A utilização destes materiais mencionados pelo autor é importante, de modo que possa desmistificar visões estereotipadas sobre os negros que estão presentes na escola.

Portanto, a partir das discussões tratadas percebe-se o quanto é complexo o trabalho para a desconstrução dos estereótipos e do racismo no meio escolar, no entanto, são inúmeras as possibilidades de fazê-lo, bem como os projetos para a aplicação da lei 10.639/03 que foram executados em Redenção. Assim é imprescindível antes, reconhecer a necessidade de trabalhar a referida lei.

Para o cumprimento das diretrizes exigidas pela lei 10.639 os governantes tem como dever promover e incentivar a criação de políticas por meio da educação que assinala iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto cidadão, garantindo a essa população o ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro. (OLIVEIRA, 2014, p. 47).

Isto é primordial para dar início e continuidade a educação que vise à desconstrução dos estereótipos e do racismo, de maneira que os objetivos da lei 10.639/03 possam ser cumpridos. A participação dos órgãos governamentais para a promoção e manutenção de ações educacionais voltadas para a temática é sem dúvidas de grande importância.

## 6. METODOLOGIA

A pesquisa a ser utilizada será a qualitativa, a qual não se refere a dados estatísticos, mas a compreensão dos determinados aspectos por meio de observações ou entrevistas aprofundadas, através da história oral,

Uma característica fundamental da metodologia qualitativa é sua singularidade e não-compatibilidade com generalizações. A história oral inscreve-se entre os diferentes procedimentos do método qualitativo, principalmente nas áreas do conhecimento histórico, antropológico e sociológico. Situa-se no terreno da contrageneralização e contribui para relativizar conceitos e pressupostos que tendem a universalizar e a generalizar as experiências humanas. (DELGADO, 2006, p. 18).

Sendo assim, para realizar a pesquisa estas serão abordadas para compreender o tema em Redenção, não de forma geral, mas nota-se que o problema não se refere somente a esta cidade. O foco estará em algumas escolas públicas de ensino fundamental, os pesquisados se tratarão dos educadores destas que serão apontados conforme necessidades do tema.

É fundamental entender o que é história oral, antes do desenvolvimento da pesquisa,

[...] A história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam. (ALBERTI, 2013, p. 24).

Portanto entende-se que a história oral é utilizada para compreender determinados fatos por meio de narrativas daqueles que estão envolvidos com o assunto a ser pesquisado, para que possa ser transmitido para outros investigadores.

Na mesma direção afirma Delgado,

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. (DELGADO, 2006, p. 15).

Nota-se que ambas as definições são semelhantes, as quais mencionam a história oral como uma metodologia com o propósito de pesquisar situações já ocorridas, para compreendê-las aderindo falas daqueles que vivenciaram tais. Produzindo registros que possam ser utilizados posteriormente.

Outra explicação que pode ser destacada:

A história oral poderia distinguir-se como um procedimento destinado à constituição de novas fontes para a pesquisa histórica, com base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas, sob métodos, problemas e pressupostos teóricos explícitos. Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos “outros”. (LOZANO, 2006, p. 17).

Este autor destaca a importância do mecanismo para elaborar saberes a partir da oralidade, de conversas com as pessoas implicadas com o fenômeno estudado, como já foi mencionado. Com isto pode-se notar o quanto esta ferramenta é relevante para fornecer determinados entendimentos.

Visto isso, serão feitas entrevistas orais com os professores das escolas Professora Maria Augusta Russo dos Santos, Doutor Edmilson Barros de Oliveira e Luís Dias Damasceno, sobre suas possíveis formações para a desconstrução dos estereótipos e do racismo, bem como para a aplicação da Lei 10.639/03 neste processo.

Através das entrevistas os professores narrarão suas experiências com relação a especializações que podem ter recebido acerca do tema, por isso a pesquisa será qualitativa, sendo trabalhada a história oral.

Percebendo-se a importância da Lei 10.639/03 em todo o currículo escolar, a pesquisa se delimitará aos professores das disciplinas História, Artes e Literatura, do ensino fundamental de Redenção, por constarem na referida Lei, que está em questão. “A escolha dos entrevistados é, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa”. (ALBERTI, 2013, p. 39), então, as entrevistas terão como finalidade alcançar os propósitos específicos: identificar a especialização dos professores sobre as questões raciais, descrever as práticas dos professores no processo de ensino em sala de aula com relação a desconstrução dos estereótipos e do racismo, bem como os métodos por eles utilizados e identificar as

possibilidades de formação de professores sobre as questões raciais na Unilab. O geral se trata de compreender quais são as metodologias de ensino sobre a desconstrução dos estereótipos e do racismo utilizados pelos educadores. Os mesmos precisarão narrar também quais os métodos que eles utilizam para abordar a temática com os alunos.

Segundo a autora, “A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência”. (ALBERTI, 2013, p. 40).

A pesquisa trabalhará com as experiências dos professores com relação ao tema, não tratará de dados numéricos, a fim de realizar seus objetivos. Quanto a quantidade de pessoas entrevistadas, ainda não foi definida, pois de acordo com Alberti,

É somente durante o trabalho de produção das entrevistas que o número de entrevistados necessários começa a se descortinar com maior clareza, pois é conhecendo e produzindo as fontes de sua investigação que os pesquisadores adquirem experiência e capacidade para avaliar o grau de adequação do material já obtido aos objetivos do estudo. (ALBERTI, 2013, p. 46).

Baseado nisto, o total de professores para participarem, será designado no decorrer da pesquisa, considerando a quantidade deles nas escolas mencionadas e que constam na Lei 10.639/03. Ainda sobre, “O número de entrevistados, por sua vez, deve ser tal que acumule uma quantidade de material que permita comparações, a fim de se destacarem conteúdos divergentes e convergentes. Podem também contribuir para construção de evidências”. (DELGADO, 2006, p. 25).

Portanto, o número de educadores poderá depender também das suas respostas, na medida em que for conseguido o suficiente para a interpretação do problema nas escolas trabalhadas. Bem como no momento em que forem atingidos os objetivos da pesquisa, então, o que se pode ter no instante se trata apenas de estimativas.

As conversas serão gravadas conforme o consentimento dos profissionais para posterior escrita e interpretação, bem como poderão ser feitas anotações e seguindo um roteiro de perguntas. “Ao contrário das fontes textuais ou mesmo iconográficas sobre suporte de papel, as fontes orais e audiovisuais não podem ser consultadas sem a intermediação de um equipamento”. (ALBERTI, 2013, p. 67). Com isto, percebe-se a necessidade da gravação, visto que as entrevistas precisarão ser registradas para utilizações das mesmas no trabalho, se tratando da oralidade esta é uma das formas de registrá-las.

Mas, segundo Lozano (2006), o historiógrafo que utiliza esta metodologia está além de uma gravação, porque ele tenta empreender para que a entrevista não troque a investigação e o estudo histórico, e que o seu ofício de investigador não fique limitado ao dos entrevistadores, também não trocando seus exames pelo que foi gravado. Á vista disto infere-se que é importante fazer gravações dos diálogos, contudo, não se pode depender somente delas. Nesta perspectiva:

Também o fascínio que a memória traduzida em História provoca nos entrevistadores e nos pesquisadores deve ser considerado. Cuidados espaciais precisam ser adotados para que o pesquisador não se torne refém do depoimento recolhido, em prejuízo de sua capacidade analítica. (DELGADO, 2006, p. 30).

Para complementar serão utilizadas outras pesquisas acerca do tema. Neste sentido, Alberti (2013) ressalta que é importante pesquisar em período anterior ao início das interrogações. Por isso, o presente trabalho buscará pesquisas bibliográficas que abordam a temática, a fim de relacionar com as entrevistas deste.

Esses historiadores orais consideram a fonte oral em si mesma e não só como mero apoio factual ou de ilustração qualitativa. Na prática, eles colhem, ordenam, sistematizam e criticam o processo de produção da fonte. Analisam, interpretam e situam historicamente os depoimentos e as evidências orais. Complementam suas fontes documentais tradicionais do trabalho historiográfico. Não se limitam a um único método e a uma técnica, mas as complementam e as tornam mais complexas. (LOZANO, 2006, p. 23).

Assim, neste trabalho além de ouvir as histórias dos professores com relação a capacitação para a desconstrução dos estereótipos e do racismo e ler pesquisas relacionadas, poderá ser observado as prováveis práticas da sala de aula que os profissionais utilizam para empregar a Lei 10.639/03, bem como também identificar possíveis instrumentos didáticos que colaborem na aplicação da Lei mencionada. Interpretando estes aspectos de maneira que se consiga alcançar os propósitos estabelecidos.

A história oral será usufruída na pesquisa fazendo com que os indivíduos entrevistados relembrem e narrem suas experiências relacionadas ao tema, de acordo com as especializações que receberam como professores. A fim de compreender as atuais práticas que estes se valem em sala de aula sobre o assunto. Neste sentido,

A história oral, em decorrência, é um processo de recordação realizado por um sujeito individual, mas socialmente integrado. Dessa forma, os relatos e os testemunhos contêm em si um amálgama maior, o da inserção em uma comunidade específica. (DELGADO, 2006, p. 52).

O ambiente de acontecimento das conversas poderá ser nas escolas, se possível para que possa ser observado o cotidiano escolar e utilizado na pesquisa, no que se referir a temática. Percebe-se que para a concretização desta necessita não somente das entrevistas, como foi falado.

É interessante mencionar que os professores possuem peculiaridades na forma de conduzir suas aulas, porém, ambos fazem guiados pelas suas formações profissionais, por isso, dialogar sobre as experiências dos mesmos e observar os aspectos que envolvem suas práticas, no caso referente a desconstrução dos estereótipos e do racismo.

## **7. CONCLUSÃO**

Este projeto busca debater a questão da desconstrução dos estereótipos e do racismo nas escolas de ensino fundamental de Redenção, questionando a existência de possíveis formações para os professores trabalharem o tema, pensando em suas práticas em sala de aula para esta educação.

A partir disto, discuti em torno da abordagem da Lei 10.639/03 como fundamental para a educação que possa desconstruir os estereótipos e o racismo, mencionando alguns fatores que prejudicam a aplicação correta da mesma, de acordo com as pesquisas ressaltadas.

Não se trata de responsabilizar esta Lei, a escola ou aos professores como as únicas resoluções para o problema, mas de ressaltar o quanto estes são importantes nesta direção, percebendo que a Lei 10.639/03 reconhece a necessidade de desenvolver a educação sobre “História e Cultura Afro-Brasileira”, o espaço escolar sendo o ambiente onde os estudantes passam grande parte do tempo e os educadores por terem como objetivo ensinar. Antes disso possuem os órgãos responsáveis pela educação os quais cabe pensar nestas questões.

O trabalho procurou também observar o parecer CNE/CP 03/2004, o que ele traz acerca da educação que possa desconstruir os estereótipos e o racismo, então, percebeu-se que este prevê incluir nas escolas o estudo sobre as questões raciais, porém, a partir das bibliografias trabalhadas, entende-se que a formação de professores e os materiais didáticos que são fatores necessários para esta educação, ainda não estão adequados como o previsto.

Outro fato mencionado foi o contexto simbólico da cidade a ser pesquisada, mostrando sua relação com a Unilab. Tentou mostrar as possibilidades da instituição contribuir com as

escolas para a desconstrução dos estereótipos e do racismo, referente a formação de professores.

Então, se tratando de Redenção pretendeu-se destacar algumas iniciativas realizadas nesta com o objetivo de implantar a Lei, pensando nas estratégias que empregaram nas escolas com a cooperação da Unilab. Desta forma, notou-se através de Oliveira (2014) que a universidade seria um motivo para tais realizações, devido todo o contexto que traz seu estabelecimento na cidade.

Além de expor as práticas que foram abordadas para a implantação da Lei 10.639/03, este propôs formas semelhantes que podem ser empregadas, é claro precisando de ações que as implementem de maneira enriquecedora no ensino podendo ser adaptadas conforme as possibilidades de investimentos, mas que possa inovar seus objetivos e práticas durante suas realizações.

Conclui-se que apesar de ter ocorrido formas de empregar a Lei 10.639/03, continua havendo certa precaridade em torno disto, visto que existem diversos aspectos que precisam ser repensados para sua adequada efetivação, é necessário indagar se os referidos projetos continuam sendo trabalhados de alguma forma ou se existem outras práticas que aderem a temática.

## 8. REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida; GIUGLIANI, Beatriz. *Por uma educação das relações étnico-raciais*. #Tear revista de educação, ciência e tecnologia, Canoas, v. 3, n. 1, p. 1-21, 2014.

BHABHA, Homi. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. In: BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2007. P. 105-128.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/2003/110.639.htm>>. Acesso em 10 de jul. 2019.

\_\_\_\_\_, (2004). *Parecer nº CNE/CP 003/2004*, aprovado em 10 de março de 2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: *Educação anti-racista: Caminhos Abertos pela Lei Federal nº 10.639/2003*. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 39-62.

GOMES, Nilma Lino; LIMA, Aristeu Rosendo Pontes; SANTOS, Tomaz Aroldo da Mota. *UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira: o desafio de uma experiência acadêmica na perspectiva da cooperação Sul-Sul*. Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais, vol. 1, n.1, 2018.

LOPES, Julimar Trajano. *Tecnologia social como estratégia para o desenvolvimento local: uma análise do projeto Rosal da Liberdade*. Trabalho de conclusão de curso de Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Redenção, 2016.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 15-25.

MACIEL, Wellington. *Usos de uma cidade da liberdade: estudantes africanos em Redenção*. Caderno CRH, Salvador. v. 30, n. 79, p. 189-201, Jan./Abr. 2017. disponível em:<  
[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792017000100189&script=sci\\_abstract&ting=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792017000100189&script=sci_abstract&ting=pt)>. Acesso em 30 de jul. de 2019.

MARQUES, Janote Pires. *A invisibilidade do negro na História do Ceará e os desafios da Lei 10.639/2003*. Revista Poiésis – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação do Mestrado da UFSC. Unisul, Tubarão, v. 7, n. 12, p. 347 – 366, Jun./Dez. 2013.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. In: cadernos PENESB, UFF, n. 5, p. 15-34, 2004.

\_\_\_\_\_, *Superando o racismo na escola*. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

OLIVEIRA, Terezinha Martins Nogueira. *As Cores de Redenção como ações afirmativas no Ensino Fundamental*. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Indígena e Africana, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, 2014.

SANT'ANNA, Wânia. *Marco conceitual do projeto a cor da cultura*. Fevereiro, 2005. Disponível em:< <http://www.acordacultura.org.br/artigos>>. Acesso em: 16 de jun. de 2019.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 39-68.

SANTOS, Sales Augusto dos. A lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. In: *Educação anti-racista: Caminhos Abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 21-38.

Sites consultados:

[Http://www.acordacultura.org.br/artigos](http://www.acordacultura.org.br/artigos).

[Https://blog.poemese.com/principais-obras-de-machado-de-assis/](https://blog.poemese.com/principais-obras-de-machado-de-assis/).

[Https://www.escritoriodearte.com/artista/emanoel-araujo](https://www.escritoriodearte.com/artista/emanoel-araujo).

[Https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2019/03/quem-foi-carolina-maria-de-jesus-que-completaria-105-anos-em-marco.html](https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2019/03/quem-foi-carolina-maria-de-jesus-que-completaria-105-anos-em-marco.html).

[Http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm).

[Https://www.scielo.br/scielo.php?s0103-49792017000189&script=sci\\_abstract&ting=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?s0103-49792017000189&script=sci_abstract&ting=pt).

[Https://www.todamateria.com.br/lima-barreto/amp/](https://www.todamateria.com.br/lima-barreto/amp/).

[Www.unilab.edu.br](http://www.unilab.edu.br).

## **9. ANEXO**

### **ROTEIRO PARA ENTREVISTAS**

1. Gostaria de conversar sobre a aplicação da Lei 10.639/03 nesta escola. Esta é abordada na disciplina que ministra?
2. Na escola possuem materiais que auxiliem na aplicação da referida lei?

3. De acordo com sua observação, percebe algum material didático que reproduz os estereótipos e o racismo?
4. Recebeu algum tipo de formação para empregar a “História e Cultura Afro-Brasileira” em sala de aula?
5. Utiliza alguma metodologia visando a implantação da lei mencionada? Se sim, pode descrever?
6. Tem dificuldades para trabalhar a mesma? Se sim, quais?
7. Teve conhecimento de iniciativas criadas em Redenção para formar professores aptos em ministrar a temática?
8. Percebe reproduções de estereótipos acerca do continente africano e/ou de pessoas negras no cotidiano escolar?
9. Se referindo a Unilab, já participou de ações na universidade voltadas para este assunto?
10. Em sua opinião, de que forma a instituição pode contribuir sobre o tema?